

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.471 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 8 DE ABRIL DE 2002

Comissão discute proposta que integra as polícias civil e militar

Senadores e deputados examinam a partir de amanhã criação das polícias estaduais para substituir as atuais corporações. Nova estrutura da segurança pública seria completamente implantada no prazo de seis anos

Constituída por senadores e deputados, a Comissão de Segurança busca saídas para integrar polícias



Célio Azevedo

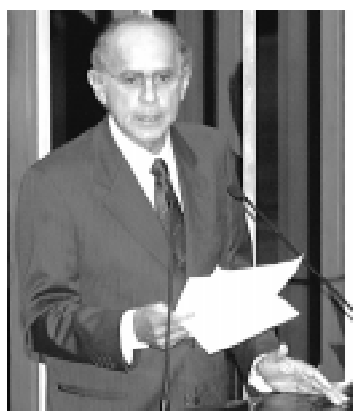
A Comissão Mista de Segurança Pública discute a partir de amanhã a criação das polícias estaduais, que substituiriam as atuais polícias civil e militar. Quatro propostas de emenda à Constituição e um projeto de lei tratam da integração dos órgãos de segurança para futura unificação. Uma das propostas impõe prazo de seis anos para a completa implantação da nova estrutura da segurança. A falta de integração entre as polícias é apontada como um dos problemas do setor.

PÁGINA 5

Plenário decide se reduz o recesso parlamentar

O Plenário do Senado deve votar amanhã, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional que reduz o período de recesso parlamentar e acaba com o pagamento de convocações extraordinárias. A proposta determina que o Congresso Nacional deverá se reunir de 5 de janeiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.

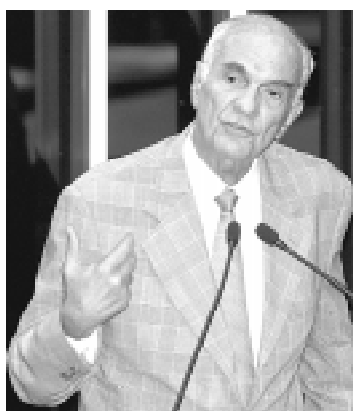
PÁGINA 3



Mauro Miranda



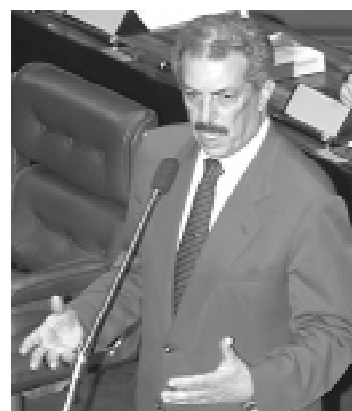
Renan Calheiros



Roberto Saturnino



Roberto Requião



Romeu Tuma

INFRA-ESTRUTURA

Ministro dos Transportes pode ser convidado para audiência

PÁGINA 2

ECONOMIA

Projeto amplia a isenção de IPI para compra de carro por taxista

PÁGINA 3

EDUCAÇÃO

Regulamentação de fundo tecnológico tem parecer favorável

PÁGINA 3

MERCOSUL

Comissão assinará convênio para assessoria em comércio exterior

PÁGINA 3

ASSUNTOS SOCIAIS

Proposta permite o ingresso de cães-guia em áreas coletivas

PÁGINA 4

Fotos: Roosevelt Pinheiro



Eduardo Siqueira Campos também sugeriu recorrer ao Acordo de Salvaguardas

Eduardo propõe medida conjunta em defesa do aço

Ao criticar a iniciativa do presidente George W. Bush de adotar medidas protecionistas contra importações de aço, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) afirmou que o melhor caminho para o Brasil é aderir aos recursos que países ou grupos mais fortes, como o Japão e a União Européia, impetraram na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a decisão norte-americana. "Pelo menos não estaremos enfrentando o leão sozinho", argumentou.

Segundo Eduardo Siqueira Campos, o pacote protecionista dos Estados Unidos pode resultar em perdas para o Brasil de US\$ 1 bilhão nos próximos três anos. Ele salientou que o Brasil também pode buscar compensações comerciais no âmbito do próprio Acordo de Salvaguardas, como reduções equivalentes nas tarifas de outros produtos. Ele observou, no entanto, que os Estados Unidos "raramente cumprem seu lado do acordo, quando não lhes interessa".

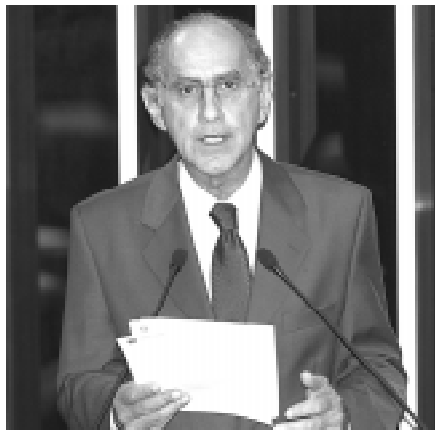
O senador disse que o Brasil também pode se aproveitar de um eventual boicote de um gigante emergente como a China, que ameaça sobretaxar a soja americana. Segundo ele, os chineses importaram US\$ 1 bilhão em soja dos Estados Unidos, no ano passado, "donde se pode concluir o enorme potencial que existe para a soja brasileira".

Ministro pode ser convidado para falar sobre rodovias

Conforme requerimento a ser votado pela Comissão de Infra-Estrutura, responsável pela pasta dos Transportes esclarecerá situação das estradas

Os senadores da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúnem-se amanhã, após a Ordem do Dia, para examinar requerimento de autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) convidando o ministro dos Transportes, João Henrique de Almeida Sousa, que prestaria esclarecimentos sobre as más condições das rodovias federais no país.

Na reunião, os senadores vão analisar também requerimento do senador Romero Jucá (PSDB-RR) pedindo a presença do presidente da Empresa Brasileira



Mauro Miranda é autor do requerimento que será examinado amanhã

de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Fernando Perrone, para esclarecer as medidas que

estão sendo tomadas visando à melhoria nos aeroportos brasileiros. Outro requerimento que consta da pauta é o do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que propõe audiência pública para instruir projeto de lei do Senado que dispõe sobre o Adicional Tarifário para Linhas Aéreas Regionais Suplementadas.

Em caráter terminativo, a comissão vai deliberar ainda sobre projeto de lei de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que veda a implantação do horário de verão no Distrito Federal e nos estados de Goiás e Tocantins. A matéria tem parecer favorável do senador Mauro Miranda.

Comissão vota indicações de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se amanhã, a partir das 17h30, para votar as indicações de Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, para as embaixadas brasileiras nas Repúblicas Eslovaca e da Croácia, e de Marco Antônio Diniz Brandão, para as embaixadas no Reino do Camboja e na União de Mianmar. Roberto Pinto Ferreira é o embaixador

brasileiro na Áustria e Marco Antônio Diniz, no Reino da Tailândia.

OPAQ

Também será analisado pela comissão requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que anula a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul concedida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao ex-presidente do Peru Alberto Fujimori, atualmente foragido no Japão.

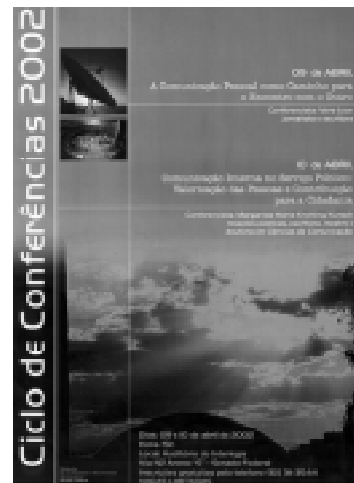
As tentativas de afastá-lo do cargo feitas por representantes norte-americanos.

Além disso, a CRE examinará projeto de decreto legislativo do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que anula a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul concedida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao ex-presidente do Peru Alberto Fujimori, atualmente foragido no Japão.

Ciclo de conferências sobre comunicação começa amanhã

O Senado promove, amanhã e quarta-feira, um ciclo de conferências para discutir questões relacionadas com a comunicação. O evento, realizado pela Secretaria de Informação e Documentação da Casa, contará com a participação da jornalista e escritora Vera Leon, que vai falar sobre comunicação pessoal, e da doutora em Ciências da Comunicação Margarida Maria Krohling Kunsch, que abordará temas relacionados com a comunicação interna no serviço público.

A participação no ciclo de conferências é aberta ao público, que poderá se inscrever gratuitamente pelo telefone 311-3544, das 9h às 18h. O evento ocorrerá no Auditório do Interlegis, das 15h às 18h.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 8 DE ABRIL DE 2002

PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 153/01, dispõe sobre a transformação da Escola Federal de Engenharia de Itajubá em Universidade Federal de Itajubá (Unifei); PLC nº 154/01, dispõe sobre a transformação da Fundação de Ensino Superior de São João Del-Rei em Fundação Universidade Federal de São João Del-Rei; PR nº 69/01, dispõe sobre a aplicação da Resolução nº 97/98 do Senado ao refinanciamento da dívida mobiliária de Alagoas; entre outras matérias.

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 27/01, acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 32/01, altera o inciso II do art. 37 da Constituição federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; entre outras matérias.

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 93/01, altera o inciso I do art. 28 da Lei nº 8.906/94, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); e PDLs nºs 326/01, aprova o texto do Acordo de Extradição entre os Estados Partes do Mercosul e as Repúblicas da Bolívia e do Chile, e 366/01, aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre os governos do Brasil e da Eslovênia.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

11h30 – Comissão de Educação

17h30 – Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Quarta-feira

9h – Comissão de Assuntos Sociais

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Proposta em exame na CAE amplia isenção para taxista

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examinará amanhã, às 9h, projeto do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que autoriza os motoristas de táxi a comprarem seus veículos com isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) por mais de uma vez, desde que tenham se passado três anos desde a última aquisição. Atualmente, o taxista tem o benefício por apenas uma vez e esta limitação, conforme Calheiros, impede que o motorista possa renovar ou substituir seu instrumento de trabalho.

O projeto amplia o incentivo aos carros movidos a gasolina, mas mantém a exigência de que sua potência se limite a 127 HP e que o veículo tenha quatro portas. A proposta recebeu um substitutivo do relator na CAE, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), que isenta de forma permanente o taxista de pagar o IPI, mantendo o prazo mínimo de três anos desde a última compra.

Carlos Bezerra sustenta que o governo vem editando periodicamente norma legal renovando a isenção do imposto na compra de automóveis destinados ao transporte de passageiros. Ele sustenta que a isenção permanente não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual exige estudos sobre o impacto da decisão nas finanças públicas. Alguns estados também reduzem ou isentam do Imposto de Circulação sobre Mercadorias



Iniciativa de Calheiros permite compra de táxi, por mais de uma vez, sem pagamento de IPI

e Serviços (ICMS) a compra de carros para taxistas.

SIMPLES

Também amanhã, a CAE discute projeto do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que acaba com a proibição de que empresas da área de saúde optem pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples). Ele argumenta não existir razão objetiva para se excluir empresas da área de saúde.

O relator da matéria é o senador Romero Jucá (PSDB-RR), que concorda com a proposta e acrescenta outros setores excluídos do Simples – creches, pré-escolas e escolas de ensino fundamental. A inscrição de uma firma no Simples permite-lhe pagar seus impostos de forma unificada e baseada em percentual de sua receita bruta.

Diabetes poderá ser causa de aposentadoria por invalidez

Já está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que inclui a diabetes entre as doenças graves ou incuráveis listadas no Regime Jurídico Único (RJU) dos servidores públicos civis, para que as pessoas afetadas pela enfermidade possam receber o auxílio-doença ou ser aposentadas por invalidez. Segundo o senador, a incidência e a mortalidade por diabetes vêm crescendo na sociedade.

— A grande maioria das pessoas afetadas podem e devem permanecer ativas e laboriosas, constituindo este um fator favorável ao prognóstico e à qualidade de vida das pessoas portadoras dessa condição. No entanto, um número elevado dessas

pessoas desenvolve complicações que as impedem de continuar a trabalhar — justifica Jucá.

O senador explica que alguns pacientes têm a doença diagnosticada tardiamente e sua evolução leva a problemas renais, neurológicos e circulatórios, entre outros, que impossibilitam o doente de manter suas atividades diárias no mesmo ritmo e intensidade de uma pessoa sadia.

— Nada mais justo, portanto, que essas pessoas tenham acesso ao auxílio-doença e à aposentadoria por invalidez sempre que, como diz a lei, sua incapacidade for atestada pela medicina especializada — argumenta o senador em defesa da proposta, que será votada em caráter terminativo.

Senado decide se reduz o recesso parlamentar

Proposta que será votada em primeiro turno determina que Congresso se reunirá de 5 de janeiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 20 de dezembro

O Senado deve votar amanhã, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional (PEC) do então senador Jader Barbalho que reduz o período de recesso parlamentar e acaba com o pagamento de convocações extraordinárias. A proposta determina que o Congresso Nacional deverá se reunir de 5 de janeiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 20 de dezembro. Atualmente, os trabalhos legislativos se desenvolvem de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

A mesma proposta impede que os parlamentares recebam pelo trabalho durante uma convocação extraordinária. O quórum exigido para aprovação da matéria é de 49 senadores. Para ser enviada à Câmara, a PEC precisa ser apro-



Parecer da Comissão de Justiça, elaborado por José Fogaça, é favorável à proposta

vada em dois turnos.

O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), apresentado pelo relator, senador José Fogaça (PPS-RS), é favorável à proposta e opina pela prejudicialidade de iniciativas semelhantes dos senadores Paulo Hartung (PSB-ES) e Maguito Vilela (PMDB-GO).

Na quarta-feira, também em primeiro turno, o Plenário vota

proposta de emenda à Constituição do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que permite o desenvolvimento funcional de servidores públicos mediante processo seletivo. A proposta altera o dispositivo constitucional que determina a investidura no serviço público só mediante concurso.

No mesmo dia, o Senado decide em primeira votação sobre PEC de iniciativa do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que redefine a representação das assembleias legislativas. A matéria determina que o número de deputados da assembleia não poderá ser inferior ao número de vereadores da câmara municipal da respectiva capital do estado.

Outra PEC que aguarda votação é a que institui, por 20 anos, o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).



Emilia apresentou parecer favorável a plebiscito sobre a Alca

Comissão do Mercosul assina convênio

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), reúne-se amanhã, a partir das 17h30, para firmar convênio de cooperação com a Associação Brasileira de Comércio Exterior (Abracex) destinado a acompanhamento, assessoramento e desenvolvimento de projetos nas áreas de integração econômica e de comércio exterior.

Também será apreciado pela comissão relatório da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) favorável ao projeto de decreto legislativo de autoria do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) que prevê a convocação de plebiscito sobre a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) pelo prazo de 20 anos.

Saturnino quer regulamentar o fundo para ciência e tecnologia

A Comissão de Educação examina amanhã, a partir das 11h30, substitutivo do senador Artur da Távola (PSDB-RJ) a projeto que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). De autoria do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ), a matéria será depois apreciada, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O fundo é, na avaliação do relator, o instrumento mais importante de que dispõe o Ministério da Ciência e Tecnologia para apoiar a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico no país. Porém, entende Artur da Távola, a falta de regulamentação do fundo, que existe há mais de 30 anos, levou à redução de suas fontes de recursos provenientes do Orçamento da União, tornando-o progressivamente incapaz de assegurar o andamento de pesquisas fundamentais ao país.

Para sanar essas dificuldades, diz Artur da Távola, o projeto define claramente as fontes de receita do fundo, entre as quais se destacam os recursos provenientes dos fundos setoriais recentemente criados para financiar atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico.

Retorna à pauta da comissão, depois de ter sido concedida vista ao senador Romeu Tuma (PFL-SP),

projeto relatado favoravelmente pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que trata da veiculação, pelas empresas concessionárias de distribuição, de instruções aos consumidores de energia elétrica no verso das contas de luz.

Ornélas também é relator de projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que modifica o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

A pauta da CE também inclui projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que regulamenta a profissão de turismólogo.



Votação na CE do projeto de Saturnino será em caráter terminativo

Projeto libera o acesso de cães-guia a locais coletivos

Iniciativa de Romeu Tuma também garante a cegos acompanhados por esses animais o uso de transportes interestadual e internacional

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se na quarta-feira, às 9h, para analisar pauta de 16 itens, entre os quais parecer do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), favorável ao projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que assegura aos cegos e pessoas de baixa visão usuários de cão-guia o direito de ingressar e permanecer com o animal em ambientes de uso coletivo.

Conforme o projeto, será exigida a apresentação do atestado de sanidade do animal e do registro em escola de cães-guia vinculada à Federação Internacional de Cães-Guia, além do comprovante pessoal de treinamento do usuário. Os animais terão acesso a estabelecimentos públicos e privados de uso coletivo e a todas as modalidades de transporte interestadual e internacional com origem no território brasileiro.



Parecer do relator na CAS, Geraldo Althoff, é favorável à proposta

Também será examinado pela CAS parecer do senador Geraldo Althoff favorável ao projeto de iniciativa da Câmara que possibilita, nas localidades onde o Sistema Único de Saúde (SUS) não contar com unidades próprias, contratadas ou conveniadas para emergência, o atendimento na rede privada de saúde nos casos de acidente do trabalho.

O projeto determina ainda que o trabalhador acidentado deverá dar continuidade ao seu tratamen-

to na rede do SUS assim que as condições clínicas o permitam. O pagamento dos serviços prestados pela rede privada e feito pelo trabalhador ou pela empresa será ressarcido pelo SUS mediante comprovação de gastos. A comunicação do acidente do trabalho é indispensável para a instauração do processo de ressarcimento.

A CAS também deverá discutir dois pareceres que tratam da utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em um deles, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) é favorável à aprovação de projeto do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que propõe a liberação do FGTS para desempregados investirem na abertura ou expansão de empreendimento próprio. O outro é o substitutivo do senador Geraldo Althoff ao projeto do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) que possibilita a utilização do FGTS para quitação de prestações atrasadas ou a vencer de financiamentos habitacionais.

Mozarildo quer negro bem preparado para disputar vaga na universidade

Ao criticar a proposta que estabeleça cotas para negros nas universidades, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) sugeriu que intervenções no sistema educacional para diminuir a disparidade na educação de brancos e negros devem ser feitas no ensino médio. Para isso, defende a criação de um financiamento especial a fim de que estudantes negros possam ingressar na universidade tão preparados quanto alunos brancos.

— Se é necessário, e não nego que seja, algum tipo de ajuste para aumentar o número de negros na universidade, esse ajuste precisa ser feito antes do ingresso no ensino superior. Desse ponto de vista, não posso deixar de concordar com o ministro Paulo Renato, que

propõe o estabelecimento de “cursinhos pré-vestibulares” especificamente para negros. O Banco Mundial já demonstrou interesse em financiar essa iniciativa — opinou.

Apesar de admitir a “nobreza” da proposta de instituição de cotas, Mozarildo entende que o mecanismo não seria eficiente para reparar a defasagem na educação de negros e, pelo contrário, poderia criar novos tipos de discriminação.

O senador lembrou que faltam vagas no ensino superior para receber todos os que concluem o ensino médio. Esse problema, disse, tornou-se mais grave com o aumento observado nas matrículas no ensino médio nos últimos anos. Em 1994, havia 4,5 milhões de alunos nessa fase de ensino, número

que cresceu 86%, chegando a 8,4 milhões em 2001, observou.

— Ainda não existem vagas suficientes para absorver todos os que concluem o antigo segundo grau. E, mesmo que a meta do governo federal seja, em uma década, passar a atender a 30% da população entre 18 e 24 anos no ensino superior, estamos longe de chegar à universalização — ponderou.

Mozarildo registrou que a maior parte das vagas (65%) está em faculdades privadas. Ou seja, além de ter que vencer a barreira do vestibular, que poderia ser solucionada pelo sistema de cotas, os estudantes negros também precisariam enfrentar a barreira econômica e dispor de recursos para pagar as altas mensalidades cobradas.

Capinzal pode ser a Capital do Chester

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou projeto que dá à cidade de Capinzal, em Santa Catarina, o título de Capital Brasileira do Chester. Maldaner informou que na Assembléia

Legislativa catarinense também foi apresentada proposta dando a Capinzal o título de Capital Catarinense do Chester.

Maldaner explica que Capinzal é o maior produtor nacional de

chester, e que a empresa Perdigão Agroindustrial, localizada no município, é a única processadora nacional de produto. Em 2000, a Perdigão produziu 16.500 toneladas da ave.

Juntas poderão auxiliar fiscalização do trabalho

Já está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que cria juntas e um Conselho de Recursos Fiscais do Trabalho para atuar nas delegacias regionais e na Secretaria de Fiscalização do Trabalho, com a atribuição de analisar, previamente, as defesas e os recursos contra autos de infração à legislação do trabalho.

Segundo o senador, a idéia é criar uma instância isenta e democrática para analisar, com o distanciamento necessário e a possibilidade do contraditório, as defesas e recursos da área trabalhista. Ele lembra, na justificativa da matéria, que a sistemática atual adotada pelo Ministério do Trabalho no julgamento das defesas e recursos é comandada pelos próprios agentes responsáveis pela inspeção.

— Está na hora de construirmos a devida estrutura para que a fiscalização do trabalho funcione efetivamente e as decisões dos fiscais sejam acompanhadas de perto e democraticamente por empregados e empregadores, através de seus representantes — justifica o autor.

Carlos Bezerra explica que não se trata de questionar a probidade, a imparcialidade, a



Célio Azevedo

Carlos Bezerra diz que seu projeto objetiva criar instâncias isentas e democráticas

impessoalidade ou o conhecimento técnico dos fiscais do trabalho. “Trata-se de garantir, nessas instâncias, a participação dos delegados regionais do trabalho e do secretário de Fiscalização do Trabalho, de indicados pelas respectivas federações e confederações sindicais de empregados e patrões”, esclarece.

O senador acredita que a instituição das juntas e do conselho permitirá que tanto os empregados quanto os empregadores tenham acesso às informações necessárias ao andamento dos processos. Atualmente, observou, a publicidade dos atos dos fiscais e de outros relacionados com a fiscalização trabalhista é restrita, sob a alegação de sigilo fiscal.

Osmar Dias propõe reajuste dos valores para licitações

O senador Osmar Dias (PDT-PR) apresentou projeto de lei que reajusta em 50% os valores estimados para licitações na administração pública.

O projeto aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, se for aprovado, seguirá direto para a Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso de pelo menos um décimo dos senadores para que a matéria seja apreciada pelo Plenário do Senado.

Na justificativa do projeto, Osmar Dias afirma que a inflação residual após o Plano Real



Rosevelt Pinheiro

Osmar argumenta que as licitações não são reajustadas desde 1998

“está longe de ser desprezível” e que os limites estabelecidos pela lei que instituiu normas para as licitações não são reajustados desde 1998, o que tem criado grande distorção nas concorrências e licitações públicas.

O senador argumenta que houve uma explosão dos custos das mercadorias importadas nesse período e qualifica o reajuste proposto pelo projeto de “conservador”, se forem levados em conta a inflação projetada para este ano e o fato de que dificilmente um projeto de lei é aprovado em menos de um ano.

CCJ analisa novas normas para execução e prescrição da pena

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve examinar, em decisão terminativa, projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que altera quatro artigos do Código Penal para disciplinar a execução e a prescrição da pena. Tuma sugere mudanças nos dispositivos jurídicos que regulam a unificação e a prescrição da pena, pois, da forma como estão hoje, argumenta, estimulariam a criminalidade e a impunidade no país.

Segundo o projeto, o tempo de pena privativa de liberdade imposta para cada crime não pode ser superior a 30 anos, e o tempo de cumprimento da pena será igual ao somatório de todas as penas autônomas impostas ao condenado.

Quanto à liberdade condicional, o projeto estabelece que, quando a soma das penas aplicadas ultrapassar 30 anos, o juiz deverá declarar na sentença o prazo mínimo de cumprimento da pena (tempo de prova) exigido para que seja requerido o benefício. Esse tempo não poderá ser inferior a 20 anos e, em qualquer caso, não poderá ultrapassar dois terços da pena ou o limite de 48 anos. O senador paulista justificou a adoção desse parâ-



Regras atuais estimulam o crime e a impunidade, na opinião de Romeu Tuma

metro em respeito ao entendimento atual de que "ninguém deve ficar preso por tempo maior que sua vida".

Para o condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, a concessão do livramento condicional ficaria também subordinada à constatação de condições pessoais que façam presumir que o liberado não voltará a delinquir.

A fixação do tempo de cumprimento da pena para concessão da condicional também deverá considerar, conforme o projeto, a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade do criminoso, os motivos, as circunstâncias e consequências do crime.

Moreira Mendes propõe estímulo à qualificação

A qualificação militar de difícil formação poderá ser contabilizada como título para fins de pontuação nos processos seletivos destinados a ingresso nas polícias militares, de acordo com projeto de lei do senador Moreira Mendes (PFL-RO) encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa. São classificadas como qualificação de difícil formação as especializações em pára-quedismo, tiro de precisão, camuflagem, explosivos e mergulho.

O objetivo do projeto, observou Moreira Mendes, é contribuir para o aprimoramento das condições de segurança pública no país. Para o senador, um dos maiores problemas enfrentados pelas polícias militares é a falta de pessoal qualificado para atuar nas diferentes atividades que envolvem a segurança. Caso o projeto seja aprovado pela CCJ, seguirá direto para análise

da Câmara, desde que não haja recurso para que seja examinado pelo Plenário do Senado.

A idéia de apresentar a proposição, observou o senador, nasceu depois que ele tomou conhecimento, pela imprensa, de que cerca de dois mil soldados e cabos do Exército altamente especializados estariam na iminência de ser dispensados, por estarem perto de completar dez anos de atividade, o que lhes daria estabilidade nessa Força.

— O fato é que esses militares, com idade média de 26 anos, após a dispensa, poderão ter dificuldades para encontrar trabalho. Por isso é que o projeto abre espaço para que os militares especializados tenham incentivos para ingressar nas polícias militares — acrescentou Moreira Mendes, para quem os ex-cabos e soldados especializados teriam papel decisivo no combate ao crime.

Comissão de Segurança vota unificação de polícias

Considerada polêmica, proposta da deputada Zulaiê Cobra prevê um prazo de transição de seis anos para implantação da nova estrutura

A criação das polícias estaduais, em substituição às atuais polícias civis e militares, será discutida a partir de amanhã pela Comissão Mista de Segurança Pública. A deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) é autora de quatro propostas de emenda à Constituição (PECs) e de um projeto de lei que tratam da integração dos órgãos de segurança para futura unificação.

Uma das PECs estabelece a previsão constitucional para a criação da polícia estadual, de caráter civil. A nova instituição exerceria as funções de policiamento ostensivo, hoje a cargo das polícias militares, e de polícia judiciária, atribuídas atualmente às polícias civis. O texto da deputada paulista impõe um prazo de seis anos para a completa implantação da nova estrutura da segurança pública. Também nesse prazo terão que estar funcionando academias de polícia unificadas.

— A proposta faz uma transição do atual regime de coexistência



Comissão deve examinar ainda outras três propostas de emenda à Constituição que reestruturam todo o sistema nacional de segurança pública

não muito harmônica das duas polícias para sua integração definitiva, após um período de adaptação — afirmou a deputada.

Para justificar a unificação, Zulaiê Cobra aponta graves problemas de integração e superposição de atribuições entre as duas instituições. Segundo ela, faltam integração e coordenação entre as duas polícias; não há mecanismos de controle eficientes; e falta integração regional dos órgãos de segu-

rança pública. A deputada afirma ainda que o regime militar é inadequado para a atividade de polícia ostensiva.

A pauta da comissão também prevê o exame de outras três PECs que reestruturam todo o sistema nacional de segurança pública. Uma delas estabelece, por exemplo, a independência dos corpos de bombeiros em relação às polícias militares, o que hoje só ocorre em 14 estados.

Policiais civis e militares têm posições diferentes

A falta de integração entre as polícias civil e militar tem sido apontada como um dos problemas da estrutura da segurança pública no Brasil. E quando o assunto é a possibilidade de unificação das polícias, que será discutido amanhã pela Comissão de Segurança, as duas instituições também costumam defender pontos de vista diferentes.

O presidente da Confederação Nacional dos Delegados de Polícia, Achilles de Oliveira, disse que a unificação é uma tendência inevitável. Uma única polícia estadual, ressaltou ele, possibilitaria seleção me-

lhor e formação mais adequada.

— É necessário mudar a estrutura da polícia, que não pode ser militar — afirmou o delegado.

Ouvido pela Agência Senado, o major Marcos de Araújo observou que a posição do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais de Polícia é a de que o país deve investir na integração das instituições desde a formação dos policiais.

— O importante é unificar as atividades e não as corporações, que têm regimes jurídicos distintos. Polícia única é característica de Estados totalitários — advertiu.

O Conselho de Comandantes Ge-

rais é favorável a que ambas as instituições possam executar o chamado "ciclo completo de polícia". Assim, as polícias civil e militar teriam as incumbências do policiamento ostensivo e da polícia judiciária.

— É só delimitar material ou territorialmente para que não haja conflito — explicou o major Araújo, acrescentando que, para o militar, é preciso que a discussão sobre a estrutura das polícias leve em consideração o que é melhor para a sociedade e não se transforme em luta de poder entre as duas instituições.

Patrocínio quer depósitos de combustíveis mais seguros

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) defendeu a aprovação de projeto de sua autoria segundo o qual todo recipiente fixo ou móvel que se destine a conter combustível inflamável, líquido ou gasoso deverá ter dispositivo de segurança capaz de evitar explosão decorrente de fonte externa de calor. A proposta tramita em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Para o senador, o projeto é plenamente justificado pela evidência de que os depósitos de combustíveis inflamáveis são "verdadeiros inimigos ocultos" e representam ameaça constante à segurança dos cidadãos, sobretudo nos centros urbanos. Segundo ele, os depósitos estão nos esgotos, dutos subterrâneos de energia elétrica e de telefone, sob avenidas ou ruas, casas, edifícios e centros comerciais.

De acordo com o projeto, o dispositivo de segurança também deverá ser usado no botijão de gás. Carlos Patrocínio lembrou que, apesar de o gás de cozinha não oferecer risco de explosão, a não ser em caso de vazamento, pode representar um autêntico artefato caso seja exposto a uma alta fonte de calor.



Patrocínio: depósitos são "verdadeiros inimigos ocultos"

Alcântara destaca atuação de Josaphat

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lamentou o falecimento do jurista e ex-senador Josaphat Marinho, ocorrido no dia 30 de março. Alcântara listou todas as funções e cargos que Josaphat ocupou, classificando como notável sua participação em fatos relevantes nos anos mais recentes da democracia brasileira, com destaque para a atuação como relator do Código Civil.

Alcântara lembrou que no primeiro mandato como senador, em 1962, Josaphat teve sua atuação marcada pela oposição ao regime militar, imposto a partir de 1964, período durante o qual se destacou como defensor de presos políticos. Como advogado, venceu duas importantes batalhas nos anos 80: a primeira quando sustentou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a tese de que o Partido Popular podia fundir-se com o PMDB, e a segunda, também no TSE, quando da vitória de Tancredo Neves para a Presidência da República, defendeu que no Colégio Eleitoral não prevaleceria a exigência de fidelidade partidária.

Iris assinala 53 anos de sacerdócio de arcebispo goiano

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) destacou a comemoração, em todo o estado de Goiás, na última terça-feira, dos 53 anos de vida sacerdotal do Arcebispo Metropolitano de Goiânia, dom Antônio Ribeiro de Oliveira. Ele ressaltou a participação efetiva de dom Antônio na vida do estado e do país e o fato de ele "reunir a fé cristã e a chama guardiã da defesa dos direitos humanos".

Iris lembrou que, ao completar 50 anos de sacerdócio, dom Antônio, que completa 76 anos de vida em junho, reafirmou o seu compromisso de defender os mais fracos, advogando a posição da Igreja a serviço da vida e contra a violência.

O senador acrescentou que dom Antônio, nascido na cidade goiana de Orizona, em 1926, em uma família cristã de agricultores, tornou-se também "uma figura de peso na história do ensino no estado".

— Ele não é apenas o arcebispo da fé, mas também o mestre da educação, o ungido pelo Espírito Santo para lutar por uma nova ordem social, em que o progresso seja revertido para todos — disse o senador.

Para Jucá, TCU é referência na administração pública

Senador analisa dados do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União no terceiro trimestre de 2001 e elogia resultados alcançados

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou as atividades do Tribunal de Contas da União (TCU), informando que o Relatório de Atividades do terceiro trimestre de 2001 comprova que o órgão fiscalizou naquele período 304 obras públicas, 54% mais do que no ano anterior. O parlamentar disse que as melhorias na área de informática e na racionalização do sistema de fiscalização fizeram com que o TCU possa ser considerado uma referência de primeira grandeza na administração pública.

De acordo com o relatório, continuou o senador, 11% das contas foram consideradas regulares, 43% regulares com ressalvas e 46% julgadas como irregulares. No caso das contas irregulares, 383 responsáveis foram condenados ao paga-

mento de multa ou débito integral no valor de R\$ 271 milhões.

— Em qualquer democracia moderna, o fortalecimento do controle externo é de alta relevância para o equilíbrio social, porque um Estado eficiente tem como tarefa das mais primordiais o zelo pelos recursos públicos — salientou o senador.

Ainda citando o relatório, Jucá



Segundo Jucá, fiscalização do TCU sobre a privatização "tem sido benéfica para o país"

Rosevelt Pinheiro

destacou que as boas relações do TCU com o Congresso Nacional podem ser comprovadas pelo fato de que, naquele trimestre, 44 dos 77 processos de interesse do parlamento foram apreciados.

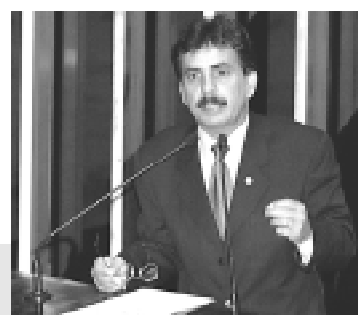
O TCU tem procurado autorizar auditorias operacionais e de desempenho em diversas áreas, como agricultura, educação, assistência social e saúde, programas considerados de grande importância nas diretrizes do Plano Plurianual para combater a pobreza, assinalou o senador. Para ele, trata-se de uma demonstração clara de que o TCU também tem enorme interesse em avaliar programas do governo federal.

Outro assunto que tem chamado a atenção do TCU, ressaltou Jucá, é o Programa Nacional de Desestatização (PND). O senador afirmou que, no caso dos processos de privatização, a fiscalização do TCU tem sido "bastante rigorosa e benéfica para o país".

Ademir lamenta morte de maestro paraense

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou à Mesa requerimento para inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do escritor, folclorista e maestro Wilson Fonseca, o Mestre Isoca, que morreu aos 89 anos, em Belém (PA), no mês passado. O requerimento será votado na próxima sessão deliberativa do Senado.

O maestro foi enterrado em sua terra natal, Santarém (PA), com honras e a presença de grande número de amigos e admiradores de sua obra musical, informou o senador. De acordo



Ademir Andrade pediu voto de pesar do Senado pela morte de Mestre Isoca

José Cruz

de Letras e de Música.

Na justificativa do requerimento, Ademir afirmou que Mestre Isoca deixou acervo de 1.500 músicas inéditas. Sua obra musical soma 20 volumes, dos quais somente quatro foram publicados. As composições vão do popular ao erudito, incluindo valsas, toadas, modinhas, boleros, tangos, sambas, frevos e músicas para o sairé, a maior manifestação folclórica de Santarém. Na música erudita, suas obras mais famosas são a *Cantata Nazarena* e a abertura sinfônica *Centenário de Santarém*.

com a tradição do Senado, serão enviadas condolências à família e às academias paraenses

Exibição de "Tainá" comemora Dia do Índio

Em homenagem ao Dia do Índio, que se comemora a 19 deste mês, a Subsecretaria de Relações Públicas do Senado apresenta na quarta-feira o filme *Tainá — Uma Aventura na Amazônia*, dentro da programação especial do projeto Cultura ao Meio-Dia.

Além da sessão das 12h, o filme será exibido, também, às 15h. A segunda sessão tem por objetivo atender a um número maior de escolas do Distrito Federal, que sempre participam do Cultura ao Meio-Dia.

Dirigido por Tânia Lamarca e Sérgio Bloch, *Tainá* é todo ambientado na Amazônia. Os produtores do filme, Pedro Carlos Rovai e Dora Cortez, estarão presentes à primeira sessão para contar às crianças um



pouco da experiência de produção de *Tainá*.

O projeto Cultura ao Meio-Dia promove sessões de cinema todas as quartas-feiras, às 12h, no Auditório Petrônio Portella, com entrada franca.

Romeu Tuma saúda 90 anos de entidade filantrópica paulista

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) comemorou os 90 anos da Sociedade Beneficente A Mão Branca de Amparo aos Idosos, instituição filantrópica sediada em São Paulo. "O embrião desse relevante trabalho surgiu em 1912, no salão da Igreja Ortodoxa da antiga Rua Itobi, onde famílias da coletividade sírio-libanesa se reuniam para troca de experiências e ajuda mútua. Foi esse grupo que resolveu fundar uma sociedade de ajuda ao próximo, optando, mais tarde, por trabalhar em favor da terceira idade, ao se deparar com um idoso que faleceu sem nenhuma assistência", lembrou Tuma.

Alertando para a necessidade de mais assistência ao idoso, "pois a melhoria da qualidade de vida, necessariamente, deve acompanhar o prolongamento desta", Tuma citou trechos do pronunciamento feito pelo arcebispo metropolitano de São Paulo, dom Damaskinos Mansour, na missa em ação de graças celebrada para comemorar o aniversário da entidade.

— Trata-se de uma entidade humanitária e filantrópica. Seu nome, "A Mão Branca", vem de uma expressão árabe que significa mão caridosa, mão amiga que ajuda, socorre e faz sempre boas obras iluminadas pela luz divina. Sem dúvida, a sociedade "A Mão Branca" elevou o nome da coletividade árabe em São Paulo, conquistando o respeito de todos, inclusive das autoridades brasileiras — citou o senador.

Mauro Miranda propõe homenagem a líder de Goiás

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) apresentou projeto de lei, a ser analisado em caráter terminativo pela Comissão de Educação (CE), que dá o nome de "Múcio Teixeira" ao viaduto localizado no km 166 da rodovia BR-060, no município de Goiânia (GO).

Por meio do projeto, Mauro pretende homenagear um homem que classificou como "líder nato e de personalidade empreendedora". Múcio Teixeira foi diretor do Banco do Brasil, diretor-secretário do Banco do Estado de Goiás e secretário de Estado em Goiás, entre 1978 e 1982. Em todas essas funções, segundo o senador, dedicou-se ao desenvolvimento econômico de seu estado e da Região Centro-Oeste.

— Muito familiarizado com a problemática econômica do setor agropecuário do país e, particularmente, de seu estado, Múcio foi um fervoroso crítico do distanciamento econômico e social entre as atividades urbanas e rurais no Brasil — afirmou.

A denominação do viaduto em Goiânia foi apontada pelo senador como uma homenagem "justa e oportuna" a Múcio Teixeira.

Chance dos apostadores deve ser revelada

Moreira Mendes pede aos senadores aprovação de seu projeto que obriga instituições e empresas responsáveis por jogos a esclarecer chances que apostadores têm de efetivamente ganhar os prêmios oferecidos

Carlos Bezerra apóia melhor condição para presidiárias

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) reivindicou melhores condições de vida para as presidiárias. Ele citou conclusões do encontro "A Mulher no Sistema Carcerário", realizado em São Paulo, para apoiar a idéia da criação de uma Vara de Execuções Criminais para Mulheres, numa tentativa de assegurar às mulheres direitos básicos que estão previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Entre eles, citou a preservação do núcleo familiar da mulher encarcerada, para a preservação de suas ligações afetivas, o direito à saúde, ao trabalho, à educação.

— Sem esses direitos, a pena de encarceramento deixa de representar uma possibilidade de recuperação ou de retomada da sociabilização, passando a representar verdadeira vingança

social — advertiu.

Segundo Carlos Bezerra, a situação da mulher brasileira é grave, em função da discriminação e da desigualdade de tratamento que sofre, especialmente a negra, a pobre, a analfabeta, a mulher operária, a que chefia uma família. Quando se trata de mulher encarcerada, acrescentou, a situação torna-se insuportável devido à negação dos direitos humanos mais básicos.

Carlos Bezerra conclamou a sociedade em geral e os senadores em particular a darem apoio à luta por melhores condições para as mulheres encarceradas. Ele entende que se trata da defesa e do reconhecimento da dignidade básica da pessoa humana, independentemente dos erros que essa pessoa possa ter cometido ou da condição de estar presa ou em liberdade.

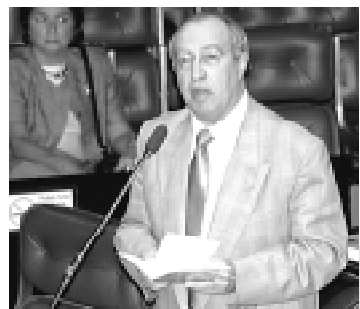
Alcântara defende medidas para combater a pobreza

Observando que a miséria no Brasil resulta da má distribuição de renda e não da falta de recursos, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que cerca de 9% da população brasileira ainda vivem com apenas um dólar por dia, segundo estimativas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Na opinião do parlamentar, é possível combater essa situação com medidas que mantenham o crescimento econômico e revertam a indigência da população. Ele citou números do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), segundo os quais o Sudeste chegou a 2000 com rendimento médio mensal de R\$ 945, duas vezes mais que os ganhos dos chefes de família nordestinos, que recebem R\$ 480 mensalmente.

— Os mesmos números denunciavam que prossegue, infelizmente, a desigualdade econômica entre as regiões, em que pese a transição da recessão do começo dos anos 90 para a estabilização monetária da era do real.

Alcântara pediu mais ações de combate à pobreza e apresentou



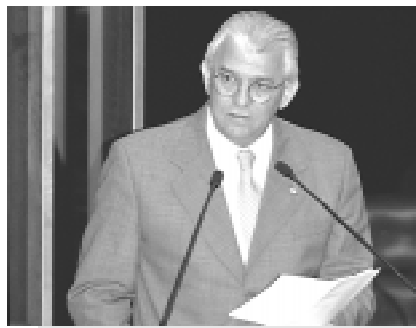
Lúcio Alcântara: miséria no Brasil resulta da má distribuição de renda

estudo da revista *Carta Capital* demonstrando a existência de contundente desigualdade de progresso entre as nações, ao longo dos séculos, descompasso que, em sua análise, produz duros reflexos no bem-estar das populações e se repete entre regiões e estados brasileiros.

O estudo detalha o avanço da desigualdade econômica entre as nações, constatando que, se o aumento das desigualdades entre países tem sido uma constante nos últimos 500 anos, nos sete derradeiros chegou a níveis sem precedentes, pois o crescimento econômico não ofereceu quase nada à maioria da população mundial.

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) fez apelo a todos os senadores para que apóiem projeto de lei de sua autoria que obriga as instituições e empresas responsáveis por jogos lotéricos, bingos e sorteios a revelarem, de forma clara, aos apostadores, as chances estatísticas que estes têm de efetivamente ganhar os prêmios oferecidos, antes da realização das apostas.

A proposta, segundo Moreira Mendes, tem amplo alcance social, na medida em que grandes contingentes populacionais de baixa renda empregam parte significativa do pouco que ganham



Moreira: apostadores desconhecem probabilidade de ganhar

em todo o tipo de apostas e de sorteios. O projeto do senador encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para Moreira Mendes, "os apostadores e participantes de loteri-

as, bingos e sorteios no Brasil, entre os quais se incluem pessoas com baixíssimo poder aquisitivo, aplicam uma parcela de suas rendas nesses jogos, na esperança de receber prêmios que lhes propiciem maior bem-estar, modificando a sua condição social. No mais das vezes, porém — explica — não têm a menor consciência da quase desprezível probabilidade que têm de ganhar".

Com o projeto, o senador quer assegurar aos apostadores informação prévia sobre as suas probabilidades de sucesso, de forma a lhes proporcionar melhores condições para a avaliação da conveniência ou não de jogar ou apostar.

Francelino: PFL estimula novos talentos

O Partido da Frente Liberal (PFL) tem dado um exemplo a todo o país com a criação de estímulos concretos para o surgimento de novos talentos políticos, em busca de novas lideranças e de novos estudiosos e cientistas da ciência política — disse na sexta-feira, da tribuna do Plenário, o senador Francelino Pereira (PFL-MG).

Segundo o senador, o PFL, por meio do Instituto Tancredo Neves, promoveu no último dia 25, em Salvador, mais uma en-

trega do prêmio Luís Eduardo Magalhães, já na quarta edição, reunindo cerca de duas mil pessoas, entre políticos, estudiosos e autoridades do governo.

Francelino pediu à Mesa do Senado que envie votos de congratulações aos vencedores daquele prêmio, pela contribuição que deram à vida acadêmica. Os vencedores, todos jovens, são alunos dos cursos de bacharelado e mestrado de universidades de Minas Gerais, Paraná e Bahia. O senador destacou, tam-



Francelino registrou entrega do Prêmio Luís Eduardo Magalhães

bém, o papel que, na sua avaliação, o ex-deputado Luís Eduardo Magalhães exerceu para o aprimoramento da democracia.

Ornélas contra fraude na assistência social

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) apresentou projeto de lei para corrigir as distorções do Conselho Nacional de Assistência Social que permitem fraudes nas concessões de certificados de entidade beneficente de assistência social. Pela proposta, o conselho será presidido pelo ministro de estado responsável pela coordenação da política nacional de assistência social, que teria como suplente o próprio secretário-executivo do ministério, no caso o Ministério da Previdência e Assistência Social.

O projeto de lei prevê também que o conselho passará a ter nove representantes governamentais, incluindo um dos estados e um dos municípios. Os certificados de entidade beneficente de assistência social serão concedidos, segundo a proposta, depois de con-

sultados o Conselho Nacional de Assistência Social e a secretaria de estado responsável pela coordenação da política nacional de assistência.

O senador Waldeck Ornélas também incluiu em seu projeto a exigência de que o Ministério da Previdência e Assistência Social reveja, no prazo de um ano, todos os registros e certificados concedidos, como medida de segurança. Em sua justificativa, o senador argumenta que o custo dos subsídios e isenções concedidos às organizações que têm a condição de entidade beneficente chega a R\$ 2 bilhões por ano, e que as fraudes são muito comuns, desde a maquiagem da contabilidade até irregularidades nos métodos de atendimento.

Waldeck Ornélas propõe também em seu projeto as seguintes



Waldeck Ornélas apresentou projeto que visa evitar fraudes na concessão de certificados

exigências: os dirigentes das entidades beneficentes não podem ser remunerados; as entidades são obrigadas a apresentar publicamente os resultados de sua ação e os demonstrativos contábeis e financeiros; e os dirigentes e membros dessas entidades não podem participar do Conselho Nacional de Assistência Social.

Mozarildo cobra segurança na fronteira amazônica

Preocupado com a ação de contrabandistas nos 11 mil quilômetros de limites da Amazônia, senador defendeu proposta de redivisão territorial como forma de garantir segurança e desenvolvimento econômico para a região

Reportagem da *TV Globo* sobre a situação das fronteiras brasileiras recebeu elogios do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Preocupado com a vulnerabilidade dos 11 mil quilômetros de fronteira localizados na região amazônica à ação de contrabandistas de armas e drogas, Mozarildo voltou a defender proposta de redivisão territorial da Amazônia, medida, segundo ele, capaz de garantir segurança e desenvolvimento econômico à região.

Durante seu pronunciamento, o senador citou diversos trechos da reportagem, que revelou “o descaso e o abandono” das fronteiras brasileiras. A região fronteira da Amazônia com outros sete

países latino-americanos, equivalente a 70% dos quase 16 mil quilômetros de fronteiras nacionais, seria a maior descoberta em termos de segurança.

Segundo mostrou a reportagem, enquanto a Colômbia ameaça a fronteira brasileira com a ação das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e dos traficantes de drogas, além de lucrar com o contrabando de peixes ornamentais, a Venezuela explora o comércio ilegal de gasolina, que lá custa apenas R\$ 0,40 o litro contra os quase R\$ 2,00 cobrados pelo combustível nacional. A ação criminosa nessa região, de acordo com relatos da Polícia Federal,



Mozarildo denunciou o “descaso e abandono” das fronteiras

também envolve extração de madeira e biopirataria.

– Essa realidade mostra a ne-

cessidade dos esforços para manter a Amazônia íntegra.

Para alcançar esse objetivo, Mozarildo considera fundamental a presença do poder público. O senador defende o reforço do efetivo e o aparelhamento da Polícia Federal e das Forças Armadas na região, marcando o início do serviço de monitoramento do Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), que irá colocar 25 radares em operação, em julho.

DESMEMBRAMENTO

Ao tratar da redivisão territorial da Amazônia, Mozarildo pediu à Câmara que agilize a votação de projeto de sua autoria, já aprovado no Senado,

que convoca um plebiscito para ouvir a população sobre o desmembramento e criação de três territórios federais na área. O senador lamentou que, durante o exame da matéria pela Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, a deputada federal Vanessa Graziotin (PCdo B-AM), relatora, tenha apresentado voto contrário à realização do plebiscito.

“Querem colocar uma mordenga na boca do povo”, protestou Mozarildo, considerando que, pelo caráter jurídico da matéria, apenas a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação deveria pronunciar-se sobre o assunto.

CCJ examina projeto sobre reintegração de posse

Já se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para ser votado em decisão terminativa, projeto de lei do senador Roberto Requião (PMDB-PR) determinando que, nos atos de reintegração e de manutenção de posse com utilização de tropas policiais, o juiz deverá comparecer pessoalmente ao local de situação do objeto a ser reintegrado para poder decidir sobre a questão. O projeto altera um artigo do Código de Processo Civil, de 1973, que trata da manutenção e reintegração de posse.

– É preciso que o juiz atente não apenas para o feito, contido na limitada letra dos autos, mas, em certos casos de reintegração de posse, é imprescindível que pessoalmente acompanhe as próprias circunstâncias e visite o local em que se desenrolam os fatos para melhor aproximar-se da verdade – observou Roberto Requião ao justificar o projeto.

Para o senador, existe distância entre o teórico e o prático, o mesmo ocorrendo entre certas decisões judiciais e os fatos, em especial os que interessam às ações de manuten-



Requião: presente ao local, juiz poderá melhor decidir sobre ações de reintegração de posse

ção ou reintegração de posse, pois nesses casos o juiz precisa decidir sobre a determinação de pena pecuniária e provimento judicial alternativo, entre outras questões.

Para Requião, o projeto baseia-se no princípio lógico, “pois não faz sentido pedir ao juiz que, nas ações de manutenção ou de reintegração de posse com repercussão social, forme ele sua convicção limitado à iniciativa das partes ou, mais grave, baseado na própria inércia, em relatórios e depoimentos, quando é possível visitar o local e conhecer as circunstâncias que efetivamente podem fundamentar a decisão”.

Lando defende limites para desmatamento

Em audiência com o ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, na quinta-feira, o senador Amir Lando (PMDB-RO) pediu o empenho do governo para acelerar a aprovação da Medida Provisória nº 2.166, que disciplina e limita o desmatamento na região amazônica. A MP está tramitando na Câmara e aguarda a inclusão na Ordem do Dia daquela Casa.

Após o encontro com o ministro, o senador disse estar convicto do interesse de Carvalho: “Ele está conduzindo o assunto com visão técnica e objetiva”.

Amir também abordou a existência do zoneamento agroecológico e ecológico de Rondônia com o ministro. “Ele foi muito simpático e

também considera inadiável definir a preservação da floresta dentro da proposta do zoneamento”, disse. O zoneamento abrange 70% da cobertura florestal do estado e, em determinadas regiões, é possível preservar até 100% das áreas, observou. Embora se diga otimista, o senador considera que o desrespeito a esses limites tornaria a situação incontrolável.

– Não haveria preservação alguma. Rondônia dispõe da mínima estrutura para proteger seu ecos-



Lando pediu empenho do governo para aprovação de MP sobre o assunto

sistema. Acredito que esse respeito deve ser fruto da consciência de cada um; cada cidadão de Rondônia será o fiscal que cuidará das florestas nacionais e das reservas de proteção natural.

O ministro disse ao senador, segundo relato deste, que está propondo ao Ibama métodos transparentes de consultas a cada região, em caso de desmatamento. Segundo Amir Lando, os conselhos dos estados é que vão deliberar quais as áreas a serem atingidas.

Atuação da Suframa é destacada por Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou a contribuição prestada à região amazônica pela Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (Suframa), que acaba de completar 35 anos. Ele informou que, graças ao trabalho da superintendência, o Produto Interno Bruto (PIB) do Amazonas é atualmente superior ao de países como Panamá, Bolívia e Islândia.

– Isso representa ainda uma pequena amostra do que poderá vir a ser toda essa região, se for dada continuidade ao processo de desenvolvimento que a Suframa tem

pilotado até aqui, com rara eficiência e eficácia – afirmou Jucá.

O senador disse estar certo de que, no processo de desenvolvimento deflagrado pela superintendência, o estado de Roraima ganhará destaque crescente, como “elemento contributivo desse gigantesco esforço de inserção da Amazônia no desenvolvimento harmonioso do Brasil”.

A política de incentivos fiscais conduzida pela Suframa, segundo o senador, atraiu para a região grandes empresas internacionais, cujos projetos aprovados somente no período de 1999 a 2001 re-

presentam quase US\$ 10 milhões em investimentos. No mesmo período, afirmou, as exportações feitas pelo estado do Amazonas subiram de US\$ 430 milhões para US\$ 851 milhões – uma expansão de 98% em dois anos.

Jucá destacou o compromisso da Suframa com o desenvolvimento sustentável e elogiou a criação, em Manaus, do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), um complexo de laboratórios voltado para pesquisas básicas e aplicadas, incubação de empresas e prestação de serviços como a certificação de produtos.